



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES,
UNÍ-VOS!

A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 129

AGOSTO de 1978

ANO XIV



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



NESTE NÚMERO:

UMA GRANDE
JORNADA
DE LUTA CONTRA
A DITADURA

IMPORTANTES
TAREFAS
PARTIDÁRIAS

AS ELEIÇÕES
E A TÁTICA
DOS RENEGADOS
PRESTISTAS

INTRÉPIDA
POSIÇÃO
DE PRINCÍPIOS

PROSSEGUE
LUTA
ESTUDANTIL

UMA GRANDE JORNADA DE LUTA CONTRA A DITADURA

A oposição antiditatorial indicou uma candidatura alternativa à sucessão de Geisel. A escolha recaiu no general da reserva Euler Bentes Monteiro que desde há algum tempo vinha defendendo a imediata democratização do país e opondo-se às manobras continuístas do regime atual. Seu nome foi consagrado na convenção nacional do MDB pela esmagadora maioria dos delegados. Para a vice-presidência a convenção apontou o senador Paulo Brossard, líder da bancada emedebista no Senado.

Apesar das protelações da ala conservadora e reacionária do MDB, que tudo fez para evitar essa indicação, venceu afinal a opinião dos setores democráticos, liberais e populares desse partido. Tais setores defendiam a candidatura Euler como fator positivo, no quadro da sucessão, para aprofundar a luta contra a ditadura.

Este fato, de alta significação política, representa um êxito remarcável do movimento democrático e popular. Demonstra o crescimento da oposição mais decidida e sua disposição de enfrentar a ditadura em todos os terrenos. O movimento chega a uma fase em que não apenas contesta o regime de arbítrio. Dispõe-se a não deixar campo livre às imposições de Geisel e dos generais fascistas, a buscar formas de levá-los ao completo isolamento e à derrota.

Apresentando Euler Bentes, a oposição lança um candidato de frente-única que reúne condições para unificar amplos setores políticos e para possibilitar a intensificação da atividade democrática. É evidente que essa candidatura não pode ser considerada como representativa dos mais profundos anseios do povo. Se são corretos seus pontos de vista acerca de uma série de medidas destinadas a liquidar o sistema de arbítrio, o mesmo não se pode dizer de suas concepções sobre problemas básicos com os quais se defronta a nação, particularmente no que se refere ao capital estrangeiro e a questão agrária. Seu programa econômico e social ainda é nebuloso. Euler, além disso, serviu, enquanto na ativa, o governo dos militares ainda que em postos de menor destaque e sem envolver-se, ao que se saiba, nos órgãos diretamente ligados à repressão. Mas desde que assumiu posição pública contra Geisel e a ditadura vem demonstrando coerência e sensibilidade para captar as exigências das massas. Procura unir-se a todos os democratas e patriotas, inclusive à oposição popular, para levar a cabo uma grande campanha nacional em prol das liberdades e dos direitos dos cidadãos. Arvora a bandeira da abolição de todos os atos e leis de exceção, da anistia geral, da convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita e do governo provisório.

É uma candidatura de combate que não pode limitar-se ao "pleito" de 15 de outubro. Sem subestimar a possibilidade de que venha a ser vitoriosa em tal ocasião, não se pode alimentar ilusões a tal respeito, muitos serão os obstáculos a superar. O Colégio Eleitoral foi montado para servir ao Sistema. Sua maioria é composta de sabujos e de gente que usufrui dos favores governamentais. Entre a minoria há também reacionários e adesistas, conciliadores impenitentes. Por isso, a sorte dessa candidatura depende de uma vasta campanha de massas, de grandes massas, contra a ditadura, contra as manobras reformistas e ultra-reacionárias de Geisel, contra o pacote de abril e o candidato imposto pelo Planalto, o general-policia! João Batista de Figueiredo. Somente um grande e poderoso movimento de massas poderá abalar o Colégio Eleitoral ou mesmo varrê-lo definitivamente da cena política. Ele, e apenas ele, nas condições atuais, pode determinar o surgimento de uma séria crise do regime e destroçar as maquinações de Geisel, Golberi et cia.

A candidatura Euler pode e deve ser um elemento capaz de impulsionar mais ainda a luta do nosso povo e contribuir para levá-lo a novas posições. Assim, a campanha que agora se desenvolve não poderá ter prazo fixado, nem se subordinar à cronologia eleitoral de Geisel. Até porque o povo brasileiro jamais se conformaria ou toleraria o embuste de uma vitória do homem de palha das camarilhas militares mais reacionárias.

Os comunistas marcharão nessa campanha, como em muitas outras, lado a lado com as correntes antiditatoriais. Não abdicam de seu programa nem de sua posição independente. Esforçar-se-ão para mobilizar e esclarecer o povo brasileiro, para apontar-lhe o caminho da conquista da plena liberdade política. Partidários da unificação das forças democráticas e patrióticas, empenhar-se-ão nessa tarefa com entusiasmo e decisão, procurando a cada passo reforçar os setores populares e o papel da classe operária.

Uma grande jornada de luta contra a ditadura se inicia. O povo brasileiro não poupará energias para realizá-la exitosamente.



OUÇA DIARIAMENTE:

RÁDIO TIRANA

Das 7:00 às 7:30 horas – Ondas de 25 e 31 metros
 Das 20:00 às 21:00 horas – Ondas de 31 e 42 metros
 Das 22:00 às 23:00 horas – Ondas de 31 e 42 metros
 Das 23:00 às 23:30 horas – Ondas de 31 metros

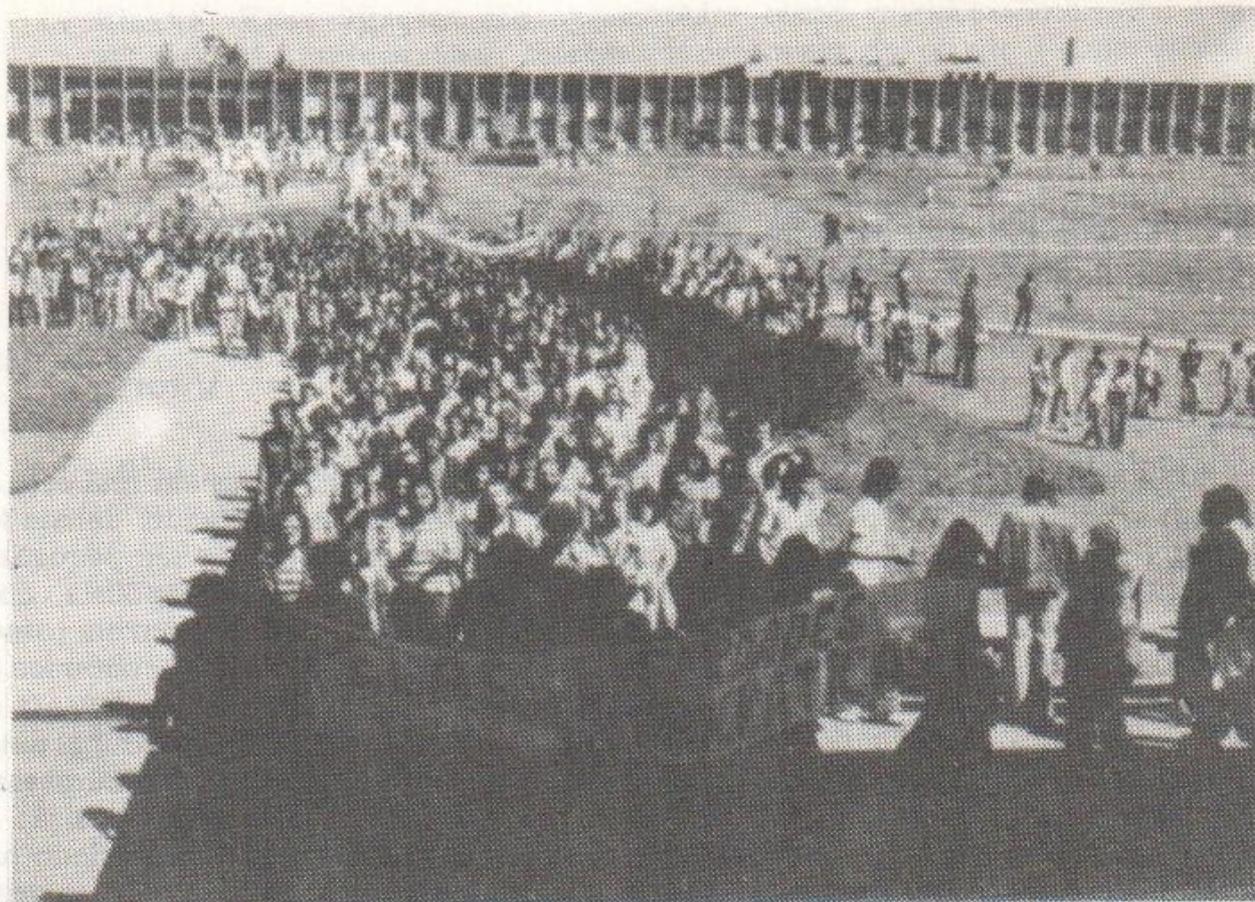
IMPORTANTES TAREFAS PARTIDÁRIAS

Vitor

Atualmente, no Brasil, a disposição das forças sociais e políticas em luta está a modificar-se com grande rapidez e favoravelmente à democracia. A ditadura debate-se em crise e entrou no plano inclinado do processo de desagregação. Não são pequenas nem passageiras as divergências e divisões no seio da burguesia monopolista, dos empresários agroindustriais e pecuaristas e das Forças Armadas — todas giram em torno dos componentes e do sentido da reformulação ou substituição do modelo econômico e político em crise. Há cisões no sistema militar fascista. A burguesia média levanta a cabeça e intensifica os reclamos por interesses afetados nos anos de ditadura. Surge uma oposição conservadora. Movimenta-se com ânimo crescente a oposição liberal-burguesa. Dinamiza-se e fortalece-se a oposição popular. Os diversos movimentos de oposição à ditadura ganham maior força e tendem a se aglutinar num curto prazo, adquirindo na luta conteúdo novo, novas formas e novas tarefas. A intensificação da ação política pelo avanço democrático e pela derrocada da ditadura é, porém, inseparável da participação ativa das grandes massas.

Há uma crise institucional e surgem claros sintomas de que se está a marchar para uma crise governamental que pode desdobrar-se numa crise política profunda e multilateral. Em face disto, o fator principal para que esta possibilidade se transforme em realidade é a maior e mais direta intervenção organizada das massas trabalhadoras e populares. Não deixa de haver, porém, conciliadores que desenvolvem esforços desesperados para tentar encontrar novo ponto de equilíbrio a fim de estabilizar a situação através da abertura de condutos políticos que possam talvez evitar radicalizações. No entanto, as forças populares e democráticas não podem deixar de dirigir as suas lutas unitárias no sentido da mais completa desestabilização de toda a superestrutura política e institucional montada pela ditadura. É preciso insistir, porém: as lutas populares e democráticas pela imediata derrocada do sistema militar fascista só se desenvolverão realmente se forem realizadas não pelas cúpulas mas pelas próprias massas, em ações múltiplas, sucessivas e suficientemente vigorosas.

Estes importantes problemas não podem deixar de levar todos nós, marxistas-leninistas, militantes e dirigentes do Partido Comunista do Brasil, a grandes reflexões políticas e ideológicas a fim de que tomemos rapidamente consciência das crescentes responsabilidades que pesam sobre os nossos ombros, as quais temos o dever de procurar cumprir em toda a linha. Existem grandes possibilidades para vitórias verdadeiramente históricas na luta do nosso povo, com o proletariado à frente. Mas estas



vitórias não serão alcançadas por milagres. Elas não caem do céu. Precisam ser conquistadas através de ações reivindicativas e políticas organizadas, audazes e encarniçadas, verdadeiramente de massas. Isto põe, portanto, numa altura nova a questão do papel e da importância do Partido como vanguarda revolucionária marxista-leninista do proletariado brasileiro. Nas nossas fileiras não pode haver guarida para a menor tendência que leve a subestimar o papel e a importância do Partido e a sua função de força proletário-revolucionária de vanguarda do movimento operário e da luta pela emancipação nacional e social do nosso povo. Sem o Partido as mais justas indicações políticas e revolucionárias poderão ficar reduzidas a nada. O Partido é fator decisivo para os êxitos das lutas atuais e futuras da classe operária e de todo o povo brasileiro e principalmente para a consolidação destes êxitos e para se avançar no caminho de novas e maiores conquistas. O Partido é a mais poderosa arma nas mãos do proletariado, das grandes massas de explorados e oprimidos. Do Partido, da sua justa linha revolucionária, da sua tática geral e das suas alternativas táticas conjunturais, do seu trabalho de organização para realizar tais ou quais tarefas da luta, da sua capacidade e habilidade em manter-se sempre à frente das massas como defensor intransigente dos seus interesses, dependem, antes e acima de tudo, os êxitos reais e duradouros da luta pela liberdade política e pela democracia popular rumo ao socialismo. Nisto devemos insistir dia e noite, noite e dia, porque a vida está a exigir cada dia mais do nosso Partido. A situação brasileira e as tarefas que as massas trabalhadoras e populares, com o proletariado à frente, têm de enfrentar hoje e no futuro impõem, portanto, que

consideremos com a maior responsabilidade os problemas do nosso Partido, lutando firmemente pelo seu fortalecimento como partido proletário marxista-leninista de combate, como partido de ação política e revolucionária de massas.

Se há reais sintomas de que a situação brasileira evolui para uma crise política profunda e multilateral, precisamos considerar os seus desdobramentos determinados não só pela dinâmica dos fatores internos mas também pela projeção e efeitos multiplicadores no Brasil da situação revolucionária que se gesta no mundo inteiro. A concepção leninista sobre o papel a desempenhar pelo Partido no período de crise política e de formação de uma situação revolucionária se reveste hoje de extraordinária importância na luta pelo cumprimento das nossas responsabilidades revolucionárias como vanguarda do proletariado. Se o dever dos comunistas é lutar sempre e com a maior abnegação para despertar as massas trabalhadoras e populares e levá-las a ações reivindicativas e políticas em todas as fases do movimento revolucionário, esta luta passa a ser uma tarefa fundamental do Partido numa situação como a que atualmente se desenvolve no Brasil onde amadurece uma crise política geral que pode abrir um período de grandes convulsões sociais e políticas. Importa acima de tudo procurar introduzir consciência político-revolucionária nas lutas iniciadas de maneira espontânea ou semi-espontânea e elevar a organização não só da classe operária mas também das massas trabalhadoras e populares. Desde já, tudo devemos fazer para que as massas desenvolvam, aprofundem, ampliem e sempre que possível radicalizem o movimento popular e democrático e as ações reivindicativas e políticas. No início de uma fermentação político-revolucionária ninguém pode saber de antemão se levará, e quando levará, a tais ou quais transformações sociais e políticas radicais. Tudo se deve fazer porém para que a situação se desdobre neste sentido através da participação popular massiva, com ações amplas e vigorosas.

Não esqueçamos esta afirmação de Stálin: "Há momentos em que a situação é revolucionária, o poder da burguesia treme até os alicerces e no entanto o triunfo da revolução não chega, porque não existe um partido revolucionário do proletariado suficientemente forte e prestigioso para arrastar atrás de si as massas e tomar o poder nas mãos". Não esqueçamos principalmente a grande advertência de Lênin, formulada no II Congresso da Internacional Comunista, em 1920, de que os Partidos comunistas só podem abordar corretamente a questão da crise revolucionária como base da sua ação revolucionária se demonstrarem na prática: suficiente grau de consciência, suficiente capacidade de organização, suficiente ligação com as massas exploradas, suficiente espírito de decisão, suficiente habilidade de realizar o que é preciso realizar a fim de aproveitar a crise revolucionária para desenvolver e radicalizar com êxito o movimento revolucionário de massas e levá-lo conseqüentemente à vitória. Tenhamos sempre presente estas cinco indicações leninistas para que o nosso Partido adquira reais condições de enfrentar com justeza e vitoriosamente a atual crise da ditadura e uma possível crise revolucionária. Na nossa trajetória histórica, temos sentido na própria carne o que significa a falta de um Partido forjado para responder plenamente a estas cinco indicações leninistas. Quando da situação revolucionária de 1930 a 1933 não a compreendemos de maneira que fôsse possível aproveitá-la a favor do movimento popular e transformá-la em crise nacional geral; adotamos, ao contrário, posições ultra-esquerdistas, não influímos política e revolucionariamente sobre as grandes massas, não disputamos a direção das grandes lutas que se processaram, as quais foram

hegemonizadas por agrupamentos burgueses e pequeno-burgueses sob a liderança de Vargas. Não soubemos também aproveitar de forma revolucionária a crise política geral de 1945 e o grande ascenso democrático de 1945 a 1946 porque não tomamos a luta de classes como força motriz do processo em desenvolvimento mas procuramos amainá-la ao adotarmos posições políticas predominantemente direitistas; por isso, ainda que justa a nossa luta pela democratização do país e apesar de se ter alcançado grandes conquistas democráticas não fomos capazes de defendê-las com vigorosas ações de massas. Ao longo da crise política geral de 1962 a 1963 e tendo uma justa linha revolucionária, não dispúnhamos de força suficiente para nos colocarmos à frente das massas e desfazer as ilusões que os oportunistas de Prestes propagavam no governo reformista de Goulart, alargando as conquistas populares e empreendendo poderosas ações revolucionárias capazes de impedir o golpe militar reacionário de abril de 1964 e de impor as necessárias transformações sociais e políticas radicais. Com a experiência acumulada e de posse de uma linha revolucionária ampla e flexível, hoje há possibilidades de o nosso Partido centuplicar as suas forças e a sua influência de massas, há possibilidades de colocar-se à frente da preparação, desencadeamento e desenvolvimento de ações unitárias da classe operária, de despertar para a luta as massas camponesas, de contribuir para a criação de poderosas organizações de uma frente popular, democrática e patriótica, de estimular e dirigir grandes e vigorosas lutas pela liberdade política e pela democracia popular rumo ao socialismo.

Para cumprir as suas responsabilidades atuais e ficar à altura da sua missão histórica, três tarefas se colocam perante o nosso Partido como força de vanguarda: crescer sistematicamente nos centros vitais da luta de classes; elevar sistematicamente a sua capacidade política e a sua têmpera ideológica; intensificar sistematicamente a sua intervenção política em todos os acontecimentos sociais e políticos e a sua combatividade revolucionária nas ações das massas trabalhadoras e populares, com o proletariado à frente.

Estas três tarefas concretas estão intimamente ligadas entre si; e todos nós comunistas devemos aplicá-las com perseverança e firmeza. Enfrentar com decisão e espírito de iniciativa estas três tarefas num curto prazo, aproveitando as grandes possibilidades existentes, é a maneira de reforçar o Partido, de assegurar êxitos a uma justa direção política e revolucionária das massas trabalhadoras pelo Partido e de alcançar a vitória da luta libertadora da classe operária e de todo o povo brasileiro, da luta pela democracia popular e pelo socialismo.

AS ELEIÇÕES E A TÁTICA DOS RENEGADOS PRESTISTAS

José Maurício

A Comissão Executiva do Partido revisionista de Luis Carlos Prestes vem de emitir uma nota eleitoral expondo sua linha para o pleito de 15 de novembro. O tema, como se sabe, é da predileção dos revisionistas. Sua reverência pelo ritual das urnas só pode comparar-se à sua ojeriza pela ação independente e revolucionária das massas trabalhadoras e populares. Toda a sua falida estratégia da "via pacífica", afinal, se assenta nos processos eleitorais.

Mas a nota não expressa apenas a tradicional obsessão eleitoreira dos prestistas. É também um magnífico exemplo negativo de tática esclerosada, pusilânime, rasteira. No momento em que a crise e a desagregação do regime militar-fascista, o impetuoso desenvolvimento da oposição antiditatorial e a ascensão do movimento de massas criam uma situação nova e promissora, as forças populares tratam de centuplicar sua criatividade, audácia e agilidade na ação política. Mas o "Partidão" está onde sempre esteve: solidamente atrelado à burguesia e obediente à linha reacionária de Brezhnev, conciliador e temeroso de radicalizações, pregando a pacificação nacional, de costas para a realidade e tão longe do marxismo-leninismo como o diabo da cruz. Não se deve dar tréguas a esse trambolho que se obstina em travar a marcha da classe operária e do povo. É preciso refutar cada uma de suas teses oportunistas, na teoria, na estratégia e também na tática e na ação concreta. Impõe-se persuadir todas as forças populares e democráticas do papel daninho do prestismo, isolá-lo e impedir que pesque em águas turvas.



A nota começa pela defesa da participação obrigatória em todas as eleições destes 14 anos de ditadura. A justa tendência do eleitorado a votar nulo, em branco ou abster-se durante a gestão do carrasco Médici é tachada de "equivoco", que o Partido prestista "sempre combateu com ênfase".

É preciso desmascarar esta versão oportunista.

A tradição do movimento operário e comunista sempre foi, como regra geral, participar das eleições parlamentares burguesas. Esta regra tem, no entanto, suas exceções. O que diferencia os oportunistas dos revolucionários neste particular é que os primeiros encaram o mecanismo eleitoral como caminho estratégico para o poder e por isso repetem em todas as circunstâncias a mesma tática estereotipada: participam, chova ou faça sol. Já os revolucionários consideram a luta eleitoral e parlamentar como uma

das tribunas disponíveis, uma das formas aplicáveis para popularizar sua linha, permitir que as massas façam sua própria experiência e conduzi-las a ações políticas, inclusive revolucionárias. Por isso colocam o centro de gravidade da questão no estudo meticoloso de cada situação concreta e do estado de ânimo das massas, fugindo ao doutrinário de "esquerda" ou de direita e tendo sempre em vista a acumulação revolucionária de forças.

Ora, como se apresentava a situação concreta no governo Médici e mais precisamente em novembro de 1970? O país vivia um período de mais negra reação. O Congresso Nacional capitulara em bloco diante do Ato-5 e a cúpula do MDB agachava-se mais e mais face aos militares fascistas. O movimento de massas fôra contido pela violência. Mas fervilhava no país um sentimento de forte revolta contra a tirania dos generais. Surgira no eleitorado uma corrente ampla, genuinamente popular, em favor do voto de protesto. Naquelas circunstâncias, o boicote defendido por nosso Partido e outras forças antiditatoriais justificava-se plenamente. A posição dos oportunistas prestistas, de votar no MDB, era evidentemente contrária aos sentimentos do eleitorado oposicionista. Foi o que mostraram os resultados eleitorais: a Arena teve 10,8 milhões de votos, o MDB 4,7 milhões, os votos nulos e em branco foram 6,7 milhões e as abstenções 6,6 milhões.

Ao insistirem na sua tática de clichê, os revisionistas ficaram falando sozinhos. Isolaram-se não só das correntes populares mas até da ala esquerda do MDB. Depois dos militares, foram os grandes derrotados pelas urnas.

De sua parte, a maioria do eleitorado de oposição assimilou uma experiência inédita. Aprendeu que nem sempre se deve participar do processo eleitoral e parlamentar, que há momentos em que impõe-se a contestação frontal das instituições "representativas" montadas pela reação. Esta experiência ganha particular relevo quando vista sob a ótica da revolução. Aflorou nela o germe da consciência revolucionária que é nosso dever cultivar. Ao mesmo tempo, o 15 de novembro de 1970 foi uma das premissas do 15 de novembro de 1974. Ao iniciar-se a campanha eleitoral de 74, o fantasma do voto nulo ainda povoava os sonhos dos generais e também dos candidatos emedebistas, obrigando os primeiros a moderar sua fúria repressiva e espicaçando os últimos no sentido de uma oposição efetiva. Nas novas circunstâncias criadas o eleitorado mudou a forma de seu protesto. Derrotou a ditadura por meio da votação maciça no MDB. E as eleições que deveriam legitimar a estabilização da ditadura terminaram assinalando o início de sua desestabilização.

Mas os adeptos de Prestes sempre se recusaram a ver, na realidade concreta, aquilo que interessa à revolução. Não souberam tirar lições do golpe de 64, nem destes anos de resistência à ditadura, nem da crise atual. Repetem a mesma receita insossa e indigesta aprendida no XX Congresso do PCUS. E assim terminarão seus dias, prisioneiros perpétuos do obtuso reformismo da classe a quem servem.

A devoção dos revisionistas pelos santos poderes do voto revela-se melhor na hora de tratar da situação atual e da linha a seguir. Para eles, as eleições de novembro são "o

fato mais importante do ano", "decisivo no processo que levará ao fim do regime", "o momento privilegiado" da oposição à ditadura e "a melhor garantia" de seu fortalecimento.

É interessante observar como essa idéia fixa vai deixando o Partido de Prestes cada vez mais atrasado em relação ao processo político. Não se discute que a votação de 15 de novembro deverá ter grande importância. O grupo Geisel/Golberri/Figueiredo precisa a todo custo de uma vitória nas urnas, mesmo falsificada pela lei Falcão, o Pacote de Abril, etc. Por sua vez, a grande massa do eleitorado, sobretudo nos centros operários, dispõe-se a votar nas forças de oposição a Geisel, como forma de repudiar o regime e sufragar as bandeiras da anistia geral, o fim da exceção e em prol de uma Constituinte soberana. Tudo isso é a constatação do óbvio. Mas a cada momento surgem no quadro nacional novos elementos igualmente importantes. É o caso por exemplo da atual onda de greves, sem precedentes no Brasil em períodos de ditadura, da ampla campanha de massas contra a carestia, da luta contra a repressão policial que volta a se abater sobre o movimento popular, do combate pela anistia, das deserções que vão minando as hostes governistas e colocam em causa a própria consagração do ditador designado, do surgimento de uma vasta frente pela democratização do país. Numa conjuntura extremamente dinâmica como a atual, agarrar-se a priori a um destes elementos, descartando os demais, é estreiteza de visão, miopia política da pior espécie. Qualquer um deles pode servir como detonador do confronto decisivo com a ditadura. Ao privilegiar antecipadamente as eleições, os revisionistas prestistas alinham-se na prática com os setores conservadores do MDB, que também resistem a qualquer passo mais ousado, sobretudo se compreender ações de massas, e se aferram ao jogo seguro das urnas, à oposição estritamente limitada aos canais indicados pelo regime. Deste ponto de vista, as posições da nota eleitoral prestista vão ficando cada dia mais atrás e à direita das forças populares, da disposição de luta das massas, da parcela mmais combativa do MDB, da Frente Nacional de Democratização.

Não é que os prestistas abram mão da atuação em outras frentes. "É evidente – sentencia a nota em seu estilo acaciano – que as eleições não podem ser consideradas o único instrumento de eliminação da ditadura. (...) Acreditamos contudo (e é este "contudo" que guia toda a sua linha de ação) que essas formas necessárias de manifestação política extra-eleitoral podem ser favorecidas pelo ambiente da campanha eleitoral e, ao mesmo tempo, sem perderem sua autonomia, devem desembocar numa ativação e fortalecimento dessa mesma campanha eleitoral". Como se vê, procura-se fazer do 15 de novembro o alfa e o ômega do movimento popular. A tática de Prestes não consiste em aproveitar a campanha eleitoral para impulsionar as lutas do povo, mas em aproveitar as lutas do povo para impulsionar a campanha eleitoral. Exprime toda uma concepção reformista e conciliadora do combate ao regime militar-fascista. Os revisionistas sonham com um epílogo da ditadura sem riscos nem comoções para a burguesia, pela via da reconciliação nacional, resguardando-se os instrumentos de defesa dos interesses da reação. Por isso se afanam em carrear toda a carga explosiva contida no movimento de massas para "o grande desaguadouro" das urnas. Assim, acreditam eles, chegará mais depressa o dia em que terão as boas graças dos donos do poder.

Neste quadro, fica fácil compreender porque a nota prestista rebaixa a plataforma de luta da oposição popular e democrática à condição de simples "plataforma eleitoral".

Com esse artifício procura-se sornateiramente embotar o gume das reivindicações antiditatoriais, privá-las de seu caráter de contestação do regime tirânico. Subordina-se sua consecução às regras do jogo ditado por Geisel e companhia.

Fica claro também o sentido do apelo de Prestes contra o "revanchismo", seguido do invariável complemento: "Julgamos de grande importância ressaltar, durante a campanha eleitoral, o papel que as Forças Armadas brasileiras podem e devem ter na consolidação de uma sociedade democrática". O que os revisionistas almejam não é propriamente a liquidação da ditadura; é sua conversão à democracia. Querem uma votação para persuadir gentilmente os generais fascistas de que chegou a hora de voltar aos bastidores do regime, até o momento em que a reação precisar de outro golpe de Estado.



Não existe a mais remota semelhança entre a tática eleitoral dos renegados revisionistas e a dos verdadeiros comunistas. Se nas condições atuais o PC do Brasil considera útil e inclusive obrigatório participar das eleições, sua posição parte de premissas e visa objetivos frontalmente opostos aos do agrupamento de Prestes. E portanto sua conduta na campanha eleitoral também é radicalmente distinta.

Nosso Partido encara as eleições de novembro dentro do quadro global de efervescência que criou-se no país, da nova disposição das forças presentes na arena política e do novo estado de espírito reinante entre as massas populares. Aplica sua linha política a esta realidade concreta, palpitante, e recusa-se a empregar fórmulas pré-fabricadas, quer sejam sectárias, quer oportunistas. Combina um espírito revolucionário isento de compromissos com a maior flexibilidade e capacidade de manobra. O eixo de seu trabalho é a mobilização, união e organização autônomas da classe operária, dos trabalhadores das cidades e do campo, das massas populares em geral, não só para o pleito de 15 de novembro mas para o conjunto das batalhas que se avizinham. Com isto em vista, busca a unidade de ação com todo o amplo leque das forças que no presente momento podem ajudar a golpear a ditadura e, ao mesmo tempo, apóia e incentiva sem reservas a ação independente e combativa de massas pela liberdade plena e pelos direitos do povo.

Na campanha eleitoral, o Partido marcha com todas as correntes de oposição para derrotar a ditadura nas urnas, mas não se dissolve na frente. Alerta francamente as massas para as vacilações e incoerências dos aliados liberal-burgueses e conservadores. Empenha-se na vitória dos candidatos ligados ao povo e na multiplicação dos comitês populares, unitários e com vasta participação, que se projetem para além do 15 de novembro e representem passos para uma frente-única democrática e popular com ampla base de massas. Não acalenta ilusões quanto aos efeitos do veredicto das urnas; sabe que a vitória eleitoral por si só não determinará a liquidação da ditadura e a conquista da liberdade. Trabalha para fazer da anistia geral, da abolição de todos os atos e leis de exceção, da convocação de uma Assembléia Constituinte soberana e livremente eleita, do governo democrático provisório, as bandeiras de unidade e de luta de muitos milhões de brasileiros, numa campanha de ações de massas que aplique golpes demolidores no regime militar-fascista.

INTRÉPIDA POSIÇÃO DE PRINCÍPIOS

A Carta do CC do PTA e do governo albanês ao CC do PCCh e ao governo da RPCh, em resposta à suspensão unilateral de toda ajuda chinesa à Albânia, é um documento de extraordinária importância. Exprime a intrépida posição de princípios de todos os comunistas e de todo o povo da Albânia, num momento crucial de sua luta pela edificação e defesa da pátria socialista. Mas seu significado ultrapassa largamente as fronteiras nacionais, projeta-se no plano mundial. Desde já entrou para a história do movimento operário e comunista, como exemplo de firmeza proletário-revolucionária, nesta quadra difícil, mas prenhe de grandes vitórias, marcada pela luta para livrar-se da escória oportunista e dar um salto adiante. Representa também uma mensagem de esperança e confiança dirigida aos trabalhadores de todos os países e povos oprimidos de todos os continentes, irmãos de um mesmo combate contra o imperialismo, o social-imperialismo, os impostores revisionistas e todas as forças da reação.

A perfídia do governo chinês não poderia ter melhor resposta. Realmente chegou a hora de dizer sem rodeios aos dirigentes de Pequim que a humanidade progressista está indignada e enojada com sua atitude de cão de fila do imperialismo, aliada da reação e do fascismo, instigadora da guerra de rapina, inimiga da revolução. Ao fazê-lo, com sua proverbial clareza, franqueza e espírito de princípios marxistas-leninistas, os camaradas albaneses elevam ainda mais seu prestígio, multiplicam a legião de seus amigos.

O Partido Comunista do Brasil e também os trabalhadores, os patriotas e democratas brasileiros têm todos os motivos para sentir-se orgulhosos de contar, na arena internacional, com companheiros de combate tão leais e conseqüentes como o povo albanês, a classe operária e o Partido do Trabalho da Albânia, o grande marxista-leninista e dirigente proletário de têmpera bolchevique camarada Enver Hodja.

AS RAZÕES DA RUPTURA

A Carta dos camaradas albaneses refuta um por um os pretextos, de ordem econômica e técnica, invocados pelo governo chinês. Mas não fica nisso. Aponta as verdadeiras causas da ruptura.

“O rompimento unilateral das relações de colaboração econômica e militar com a Albânia por parte do governo chinês – diz a Carta – reflete uma

determinada linha política e ideológica da direção chinesa. É consequência do desvio do marxismo-leninismo e dos princípios do internacionalismo proletário por parte da direção chinesa, da aproximação e colaboração com o imperialismo norte-americano, com o capital internacional e a reação, da renúncia à ajuda e apoio às forças revolucionárias e de libertação na arena internacional, dos intentos da China de tornar-se uma superpotência imperialista”.

A seguir, o documento historia em onze pontos o processo das relações e divergências sino-albanesas. Retrata a trajetória de concessões, vacilações e compromissos sem princípios com o imperialismo e o revisionismo, que desembocou na atual postura contra-revolucionária cristalizada da liderança de Pequim. Mostra como esta resvalou das propostas de cessação da polêmica com os renegados kruschovistas, ainda em 1961, passando pela tentativa de entendimento com Brezhnev, em 1964, pelo esforço para impor à Albânia um pacto militar com a Iugoslávia e a Romênia, fomentando um putsch militar antipartido, até a viagem de Nixon à China em 1971, a proclamação da teoria contra-revolucionária dos “três mundos” e, por fim, o gesto traiçoeiro de 7 de julho último contra a Albânia socialista. Ao mesmo tempo, os onze pontos registram a luta incansável do PTA pela defesa e aplicação consequente do marxismo-leninismo, suas inúmeras críticas, firmes, mas fraternais, sempre recebidas com arrogante silêncio, suas tentativas de entabular conversações sobre as divergências, sistematicamente boicotadas pela parte chinesa.

“As ligações entre nossos dois Partidos e países – dizem os camaradas albaneses – foram estabelecidas após a vitória da revolução na China, após a proclamação da RPCh. Mas tornaram-se mais próximas e se reforçaram especialmente após 1960, quando começou a luta aberta contra o revisionismo kruschovista. O combate ao imperialismo e ao revisionismo contemporâneo uniu nossos Partidos; o afastamento desta luta por parte da China separou nossos caminhos.

“Enquanto nosso Partido trabalhava para reforçar a colaboração fraternal com a China, enquanto desejava que se desenvolvesse corretamente e se intensificasse, em frente comum com todos os partidos e forças marxistas-leninistas, a luta contra o imperialismo, o revisionismo contemporâneo e a reação, a China encarava tudo unicamente sob seu próprio prisma, pretendia dominar os demais, subordiná-los a sua estratégia e táticas.

“Os acontecimentos transcorridos demonstram cada vez melhor que a luta política e ideológica do PCCh contra os kruschovistas não partia de bases sólidas, não objetivava verdadeiramente a defesa do marxismo-leninismo, da revolução e da libertação dos povos. Era travada com objetivos meramente pragmáticos e em função de interesses egoístas. Isso se evidenciou na radical mudança da estratégia chinesa oficialmente selada com a visita de Nixon a Pequim.

“Com a visita de Nixon, a China entrava na dança das alianças e rivalidades imperialistas pela redivisão do mundo, onde também ela teria sua parte. Abria caminho à aproximação e colaboração com o imperialismo norte-americano e seus

aliados. A inauguração da aliança com os EEUU assinalava, ao mesmo tempo, o abandono por parte da direção chinesa dos verdadeiros países socialistas, do movimento marxista-leninista, da revolução e da luta de libertação nacional dos povos”.

Os camaradas albaneses abordam com agudeza diferentes aspectos da luta entre a revolução e a contra-revolução na China, que estão a exigir um estudo crítico profundo e em bases marxistas-leninistas. Referindo-se em particular à Revolução Cultural, assinalam:

“Nosso Partido apoiou a Revolução Cultural por solicitação pessoal do próprio Mao Tsetung. (...) Todo o período da Grande Revolução Cultural foi uma fase muito difícil para o socialismo na China, criou uma situação enredada e caótica. Essa situação era o resultado lógico das lutas fracionistas à margem dos princípios que tiveram lugar no seio do PCCh durante o período da luta pelo desenvolvimento da revolução democrático-burguesa e, após 1949, quanto ao caminho que a China seguiria no desdobramento posterior da revolução.

“Ao que parece as grandes idéias da Grande Revolução Socialista de Outubro e a ideologia marxista-leninista não foram o eixo e a bússola do PCCh nas condições concretas da China. Isso fez com que também aquele núcleo marxista-leninista do Partido mergulhasse num perigoso ecletismo, que provocou um caos desenfreado de lutas entre frações, pessoas e grupos com diferentes tipos de pontos de vista não-marxistas-leninistas sobre o poder. Isso entrou seriamente a construção dos fundamentos do socialismo na China. Esse caos político, ideológico e organizativo do PCCh e do Estado chinês fez com que elementos capitalistas e revisionistas detivessem posições-chave no Partido, no poder e no Exército. Nessas condições eclodiu a Revolução Cultural, inspirada e dirigida pelo próprio Mao Tsetung.

“O PTA apoiou a estratégia geral da Revolução Cultural. Mas devemos sublinhar que nosso Partido apoiou a estratégia dessa revolução e não todas as suas táticas. Ele defendeu firmemente a causa do socialismo na China, defendeu o povo irmão da China, o PCCh e a revolução; e não defendeu em absoluto a luta fracionista dos grupos antimarxistas, quaisquer que fossem. (...) Na maioria das vezes a Revolução Cultural guardou o espírito e as ações de uma luta à margem dos princípios, não dirigida por um verdadeiro partido da classe operária que lutasse pela instauração da ditadura do proletariado. Assim, esses embates entre grupos fracionistas terminaram na China com a instauração de um poder dominado por elementos burgueses e revisionistas”.

Ao analisar as razões da proclamação da tristemente célebre teoria trimundista, a Carta afirma:

“A política chinesa é uma política pragmática e não poderia ser de outra forma, dado que também sua estratégia e sua tática o são. Por isso o mundo constatou e constatará ainda viragens de 180 graus na estratégia e na política

chinesas. Estas viragens são apresentadas como marxistas-leninistas, mas na realidade são antimarxistas, servem aos interesses do grande Estado chinês em busca de alianças com o imperialismo norte-americano, com o social-imperialismo soviético e o capital mundial para fazer da China uma superpotência imperialista.

“Atualmente, o plano chinês de converter-se numa superpotência encontrou sua expressão concentrada na nefasta teoria dos ‘três mundos’ ”.

Depois de relatar seus últimos esforços para entabular conversações com a direção chinesa no espírito de camaradagem, os camaradas albaneses ressaltam:

“Nestas condições, em que a direção chinesa negava-se a todo contato, evitava qualquer discussão ou consulta, dedicava-se com arrogância e prepotência a impor a teoria dos ‘três mundos’ ao movimento marxista-leninista, que deveria fazer o PTA? Aceitar a linha antimarxista do PCCh e renegar-se a si mesmo? (...) O PTA permaneceu fiel ao marxismo-leninismo e a sua justa linha revolucionária, que seguiu contínua e decididamente, sem vacilações e com conseqüência. Ele também apresentou esta linha marxista-leninista no VII Congresso, onde expôs seus pontos de vista e atitudes sobre os principais problemas da revolução e da luta de libertação dos povos. No VII Congresso, a exemplo dos anteriores, nosso Partido, no espírito do internacionalismo proletário, expressou seus pontos de vista inclusive quanto aos problemas concernentes ao movimento marxista-leninista.

“Esta linha marxista-leninista de nosso Partido, a política independente da Albânia socialista, as atitudes de princípios e decididas do povo albanês, que contrariaram a linha e a política antimarxista de grande potência da direção chinesa, são a causa fundamental e verdadeira das posturas e atos antialbaneses do CC do PCCh e do governo chinês, que foram até a suspensão arbitrária da ajuda civil e militar à Albânia.

“A causa real da decisão chinesa de suspender a ajuda à Albânia está nas divergências e contradições ideológicas e políticas com o PTA, no fracasso dos esforços da direção chinesa para impor suas concepções e sua linha ao PTA. Como não conseguiu submeter a Albânia socialista, a direção chinesa procura agora vingar-se e prejudicar a construção do socialismo em nosso país. Mas com este ato ela revela ainda melhor sua catadura antimarxista e contra-revolucionária”.

SOLENE COMPROMISSO DE FIDELIDADE AO MARXISMO-LENINISMO

O trecho final da Carta do CC do PTA e do governo da RPSA reveste-se de uma importância toda particular. É um compromisso solene, assumido em nome do Partido, do governo e do povo da Albânia, perante o movimento comunista, o proletariado e os povos de todo o mundo. O país das águias, unido como um bloco de granito em torno do PT, reafirma de público a decisão de não arredar um passo sequer de sua posição de

defesa do marxismo-leninismo, haja o que houver. É uma tomada de posição que tem tanto de heroísmo como de lucidez e largueza de visão. Estribase numa aguda consciência da missão que a história de nossos dias delegou à Albânia e na confiança inabalável de que "os oportunistas passam, a revolução continua, na Albânia e em todo o mundo, até à vitória final do comunismo". É inestimável o valor da atitude da Albânia, nesta fase em que a traição e o embuste freqüentemente têm obscurecido a perspectiva segura do triunfo da revolução proletária mundial. Seu exemplo jamais será esquecido.

"A direção chinesa – afirma a Carta – suspendeu a ajuda econômica e militar à Albânia pensando que esta seria obrigada ou a capitular e submeter-se a ela ou a estender a mão a outros e desmoralizar-se. Mas a direção chinesa ainda não conhece o PTA e o povo albanês, sua firmeza, a força de sua unidade.

"Sob a direção conseqüente do Partido do Trabalho da Albânia com o camarada Enver Hodja à frente a República Popular Socialista da Albânia e o povo albanês cumprirão até o fim e com honra a missão histórica de construir o socialismo apoiando-se nas próprias forças, comprovando ainda melhor perante o proletariado internacional e todos os povos do mundo a inesgotável e imbatível vitalidade da ideologia marxista-leninista, que torna possível que mesmo um país pequeno, cercado pelo imperialismo e o revisionismo, construa exitosamente o socialismo, defenda-o e leve-o sempre adiante.

"A Albânia jamais entregar-se-á a quem quer que seja. Permanecerá até o fim fiel ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário, marchará adiante, sem se deter, pelo caminho do socialismo e do comunismo, iluminado pelos imortais ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Com o Partido do Trabalho à frente o povo albanês apoiará firme e conseqüentemente as lutas revolucionárias e de libertação dos povos, seus esforços em prol da liberdade, da independência e do progresso social. Combaterá sem compromissos e até o fim o imperialismo norte-americano, o social-imperialismo soviético, o revisionismo contemporâneo e a reação mundial. A Albânia nunca vergou as costas nem baixou a cabeça, nem no passado, nem no presente; e tampouco o fará no futuro".

Finalmente, a Carta dos camaradas albaneses ressalta com a firmeza exemplar que só os que são fiéis ao marxismo-leninismo podem ter:

"A direção chinesa fracassará em sua pregação assim como em suas intrigas. O gesto reacionário que ela empreendeu para com a Albânia revolta a consciência de qualquer pessoa honesta. A Albânia socialista está cercada, mas não isolada, pois conta com o respeito e o amor do proletariado mundial, dos povos amantes da liberdade e dos homens honrados de todo o mundo. Este respeito e este amor crescerão ainda mais no futuro. Nossa causa é justa! A Albânia socialista triunfará!"

PROSSEGUE LUTA ESTUDANTIL

Guilherme Alves

Inegavelmente a conjuntura política de nosso país reclama uma urgente multiplicação das ações de amplas massas. Os estudantes brasileiros, por suas aspirações progressistas, decisão de luta e tradições democrático-patrióticas, estão interessados e reúnem condições para ocupar posições avançadas no movimento popular em curso. Por isso, convém avaliar o desempenho das lutas estudantis, propagar seus êxitos e detectar suas debilidades, buscando dar maior consequência às ações da juventude estudantil.

SUCESSIVAS AÇÕES DE PROTESTO

Este ano, o movimento estudantil continua conquistando êxitos. Reestruturou entidades em eleições democráticas; promoveu debates, greves e atos públicos; exigiu liberdades; repudiou o agravamento do nível de ensino; impôs muitas de suas reivindicações; condenou a repressão policial; reclamou melhores condições de vida para o povo.

Os decretos 477 e 228, entre outros instrumentos fascistas da ditadura, impostos ao ensino, foram derrotados mais uma vez. Em Alagoas, os estudantes alcançaram significativa vitória ao elegerem o DCE e outras entidades, dobrando a resistência de elementos nocivos que há 5 anos manipulavam ali o movimento estudantil. Em São Paulo, os estudantes enfrentaram as ameaças e provocações da repressão, inclusive de seus bandos armados, e reviveram a União Estadual dos Estudantes. A prisão arbitrária de um universitário em Recife deu lugar a importantes manifestações de protesto, apoiadas por vários setores da comunidade recifense e pelo estudantado de outras capitais. Em Salvador, milhares de universitários saíram em passeata, violentamente reprimida, para denunciar a situação do ensino e exigir providências. A memória de Edson Luis e Alexandre Vannucchi, estudantes assassinados pela polícia fascista, foi lembrada em combativas manifestações.

A par destas e de outras ações, que aumentam o vigor da luta popular, os estudantes, sobretudo os universitários, revelam simpatia e contribuem para dinamizar a campanha pela anistia geral e irrestrita, pela abolição dos atos e leis de exceção e a convocação de uma Assembléia Constituinte, democraticamente eleita — metas para as quais convergem a maioria dos brasileiros desejosos de pôr abaixo a ditadura militar.

COMBATER OS ERROS – ALCANÇAR NOVO AVANÇO

Apesar desta combatividade, não se verifica, em geral, o mesmo ímpeto das jornadas de 1977. Tornaram-se menos freqüentes os desfiles em prol da liberdade, as ações de protesto que galvanizaram a atenção do movimento democrático e popular. Uma coisa é certa, o potencial de atuação dos estudantes, fruto de seu descontentamento com o atual estado de coisas, longe de ter se esgotado foi acrescido com o desdobramento da luta operária e o avanço da resistência democrática. Utilizar esse potencial devidamente, somá-lo às ações do movimento popular pela democracia – eis nosso dever.

Isso não equivale a superestimar o papel do movimento estudantil e atribuir-lhe missão de vanguarda da luta popular, como por vezes tem ocorrido, resultando numa natural desmobilização dos estudantes para a luta reivindicatória e política. Tampouco é correto impedir a articulação com os segmentos da oposição antititular ou restringir essa vinculação a elementos isolados. Nesse caso o movimento resvala no particularismo, sua contribuição combativa termina distorcida e artificial.

A cada instante se renova a exigência de uma correta combinação das tarefas políticas e organizativas, dos métodos e formas de atuação capazes de combater a dispersão de esforços e de converter o descontentamento em protestos de envergadura. Por vezes, as lutas reivindicativas, por melhores condições de ensino, não são corretamente articuladas com as aspirações democráticas dos estudantes. Além do que são demasiadamente restringidas às paralisações de aulas e despreza-se o trabalho persistente de preparação dos estudantes para manifestações de maior alcance, para formas de luta mais avançadas.

Outro problema: as organizações estudantis não podem se converter em simples apêndices de correntes políticas; não devem, jamais, reduzir-se a essa ou aquela "tendência", sob pena de descaracterizar o invariável conteúdo de massas das entidades. A meta deve ser o fortalecimento das organizações estudantis.

Não procede, igualmente, o debate político limitado às cúpulas, desconexo das massas, portanto, "vanguardista".

INDISPENSÁVEL A UNIÃO DOS ESTUDANTES

A unidade é uma reivindicação sentida da juventude estudantil. Em certa medida, essa união foi favorecida com a reestruturação dos DCEs, dos diretórios acadêmicos e de outras entidades. Todavia, no bojo desse processo, as forças se fracionaram em tendências, com reflexos desagregadores no movimento. Ao lado disso, o conjunto estudantil carece de coordenação orgânica, fundada em um programa-mínimo de lutas, que não só detenha a instabilidade como retome e impulsione, num justo caminho, a combatividade dos estudantes. A reestruturação da UNE, conduzida nacionalmente pela Comissão pró-UNE, deve ser uma alternativa para a unidade do movimento estudantil, sobretudo a nível das massas, mas também das forças diluídas em inúmeras tendências.

A prática dos últimos meses demonstra que há condições favoráveis para a unidade e que essa conquista marcará um passo adiante nos embates dos estudantes contra o regime militar. O programa-mínimo, base para a reestruturação da UNE, necessita traduzir as reivindicações mais imediatas dos estudantes, acoplando-as com as questões políticas do atual estágio da campanha antiditatorial. Deve contribuir para organizar e impulsionar a mobilização da mais ampla massa dos estudantes na luta contra as AESIs, contra os regimentos internos de inspiração fascista, contra a censura, pela livre organização das entidades estudantis, pela democratização da vida universitária. Do mesmo modo, é preciso intensificar o combate à orientação educacional, desafinada com os interesses nacionais, exigir melhores condições de ensino, mais verbas e repudiar a cobrança de anuidades. Paralelamente é indispensável impulsionar a vinculação do movimento estudantil com a ampla frente antiditatorial que desmascara as manobras reformistas de Geisel, que exige anistia irrestrita, completa liquidação dos atos e leis de exceção, liberdade política e fim do regime militar.

O movimento estudantil avançará cada vez mais. Todo esforço deve ser feito para unir e elevar o nível de consciência política de milhões de universitários e secundaristas, para empenhá-los na luta. Até porque a maior ativação das massas populares, quaisquer que sejam as vertentes de seu movimento, o amadurecimento, ampliação e radicalização de suas ações fustigam a ditadura e aproximam o momento da completa derrocada do regime militar.